



SEÇÃO: TRIBUNA

## Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020

*Updatism: pandemic and historicities in the neverending 2020*

*Actualismo: pandemia e historicidades en el interminable 2020*

**Mateus Henrique de**

**Faria Pereira<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-7489-7365](https://orcid.org/0000-0001-7489-7365)

[matteuspereira@gmail.com](mailto:matteuspereira@gmail.com)

**Valdei Lopes de Araujo<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-8913-2509](https://orcid.org/0000-0001-8913-2509)

[valdej354@gmail.com](mailto:valdej354@gmail.com)

**Recebido em:** 28/12/2020

**Aprovado em:** 03/01/2021

**Publicado em:** 30/04/2021.

**Resumo:** Neste ensaio tentamos demonstrar que o presente e o futuro também são história e devem ser dimensões da historiografia. Para isso, retomamos episódios de nosso livro *Almanaque da COVID-19* e algumas de nossas leituras de momentos-chave do ano a fim de refletir sobre o que temos chamado historicidade atualista. Em alguns momentos, lançamos mão da retrospectiva, em outros, optamos por manter o efeito anacrônico de certas passagens a fim de evidenciar o aspecto contingente de toda representação do tempo. Dividimos o texto em três partes principais. Na primeira, apresentamos os deslocamentos mais recentes na hipótese sobre uma historicidade atualista. Na segunda, reunimos alguns episódios de 2020 como modo demonstrar o que estamos chamando atualismo em suas relações com a política e a história. Por fim, apontamos caminhos preliminares de uma ação com efeitos contra-atualista.

**Palavras-chave:** Atualismo. COVID-19. Historicidade. Política. Tempo.

**Abstract:** In this essay we try to demonstrate that the present and the future are also history and must be dimensions of historiography. For that, we return to episodes from our book *Almanac da COVID-19* and some of our readings of key moments of this year in order to reflect on what we have called updatist historicity. In some moments we use the retrospective as a tool, in others we choose to maintain the anachronistic effect of certain passages in order to highlight the contingent aspect of all representation of time. We divided the text into three main parts. The first presents the most recent shifts in the hypothesis about an updatist historicity. In the second, we gathered some episodes from 2020 as a way to elucidate what we are calling updatism in its relations with politics and history and, finally, we point out preliminary paths for action with counter-updatist effects.

**Keywords:** Updatism. COVID-19. Historicity. Politics. Time.

**Resumen:** En este ensayo partimos de la noción de que el presente y el futuro también son historia y deben ser objeto de reflexión historiográfica para el gran público. Retomamos algunos episodios de nuestro libro *Almanaque da COVID-19* y algunas de nuestras lecturas de momentos clave del año para reflexionar sobre la historicidad actualista de 2020. En algunos momentos utilizamos la retrospectiva, en otros optamos por mantener el efecto anacrónico de algunos pasajes para resaltar el aspecto contingente de toda relación con el tiempo. Dividimos el texto en tres partes principales, en la primera presentamos los cambios más recientes en la hipótesis sobre una historicidad actualista, en la segunda reunimos algunos episodios de 2020 como una forma de dilucidar mejor lo que llamamos actualismo en sus relaciones con la política y la historia, finalmente, en la última parte tratamos de señalar algunos caminos preliminares de una acción con efectos anti-actualista.

**Palabras clave:** Actualismo.COVID-19. Historicidad. Política.Tiempo.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Bolsistas de Produtividade do CNPq.

## Introdução

É possível abordar o presente e o futuro como dimensões da história e da historiografia?<sup>2</sup> Para responder a essa pergunta utilizamos uma espécie de retrospectiva fragmentária para abordar os climas, as interpretações e as experiências decisivas do ano de 2020 tendo como base algumas reflexões iniciadas em *Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer* (PEREIRA; MARQUES; ARAUJO, 2020). Em uma abordagem historiográfica experimental, inspirado em Gumbrecht (1990) e Faria (2015) e fundamentada nas perspectivas teóricas e metodológicas da analítica da historicidade (ARAUJO, 2013) e da curadoria de história (ARAUJO, 2017), tentamos resistir às pressões de um tempo que nos leva a pensar e sentir nos limites de um conceito de atualização que recusa ao passado e ao futuro qualquer potencial transformador. Reintegrar o futuro e o passado ao presente e esses a uma concepção de história não reduzida a um passado morto são operações que podem contribuir para tornar visíveis a contingência e a liberdade como condições da ação humana.

Durante a escrita do *Almanaque* as intervenções públicas precisavam interpretar os eventos do dia, assumindo seu caráter fragmentário. No entanto, essas projeções permitiam que o futuro fosse incorporado ao nosso ativismo enquanto historiadores. Àquela altura, como o temor do projeto acalentado pelo bolsonarismo de destruição da democracia. Agora, no tempo deste ensaio, esses futuros não realizados (ainda?) podem ser experimentados apenas como futuros passados, mas, àquela altura, eram futuros possíveis, muito concretamente vividos. Assim, uma análise dessas historicidades encontra sua melhor analogia na imagem de um novelinho de temporalizações (diversas formas de combinar passados, presentes e futuros) do que em uma linearidade sucessiva e bem-organizada.

Por mais que como historiadores possamos esticar alguns fios, para tecer narrativas e explicações, a história vivida é como um gato em seu jogo com novelos que constantemente retorna o fio de eventos ao seu emaranhado original. Nessa direção, nossa hipótese é que incorporar, de forma consciente, o presente e o futuro à escrita da história pode nos ajudar a ir além da agitação atualista em direção a uma postura crítica da realidade do capitalismo contemporâneo, sem limitar-se a estratégias reativas e nostálgicas.

Diante do temor da COVID-19 e do bolsonarismo e como parte do projeto do *Almanaque da COVID-19*, iniciamos intervenções no debate público, principalmente por meio do portal Jornalistas Livres, procurando pensar a relação entre historicidades e política. Em um primeiro momento, a ideia era realizar uma parada reflexiva para evitar sermos devorados pelas atualizações do trágico e fatal encontro, para milhares de brasileiros, entre o vírus SARS-COV-2 e Bolsonaro. O *Almanaque*, um híbrido entre cronologia, diário e crônica, foi pensado também como um arquivo de experiências que se formava ao mesmo tempo em que o evento-pandemia. Na ausência de elementos de sentido consensuais, a cronologia e outros gêneros de escrita com menor exigência interpretativa permitiram a existência de um livro instantâneo, que se escrevia no tempo monstro de um evento monstro (NORA, 1972; WHITE, 1999).

Mas, diferente da experiência de escrita do *Almanaque*, aqui, renunciamos à cronologia linear, e a sua útil ilusão de sentido, para privilegiar fragmentos que pensamos serem potentes em movimentar a hipótese atualista. Acreditamos que a análise e a descrição de historicidades ocultas pelo atualismo podem nos ajudar a ativar/amplificar outras historicidades mais emancipatórias que estão sempre disponíveis no redemoinho da história. Afinal, a estratégia atualista só pode funcionar se aceitamos a sua pretensão de ser a única forma de existir no tempo.

<sup>2</sup> Parte desta reflexão contou com a colaboração de Mayra Marques. Apoio: CAPES, CNPq, FAPEMIG e UFOP. Agradecemos à Verônica Pereira, João Cezar de Castro Rocha, Eduardo F. Felipe, Rebeca Gontijo, Temístocles Cezar, Patrícia Valim, Luísa Rauter, Marcelo Abreu, Mayra Marques, Walderez Ramalho, Beatriz Vieira, Caroline Bauer, Géssica Guimarães, Julio Bentivoglio, Breno Mendes, Carolina Barbosa, Henrique Estrada, Fernando Nicolazzi, Clarice Seixas, Daniel Pinha, Cristina Meneguello, Thiago Lima Nicodemo, Daniel Faria, Marcelo Rangel, Alexandre Avelar, Eliana Dutra, Gisele Venâncio. Agradecemos, também, à Márcia Motta e ao INCT Proprietas pelo apoio e interlocução neste projeto.

## 1 Atualismo, uma hipótese em movimento

Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado. Para tentarmos sair da "gaiola" atualista precisamos desafiar a compreensão corriqueira de que a história é apenas passado. Parcela significativa das chamadas história do tempo presente e história pública parecem avançar nessa direção de uma reivindicação do presente pela história. Entendemos que esse desafio é cada vez mais necessário. Estamos, desde 2016, refletindo sobre possíveis alternativas teóricas e políticas que contribuam para compreendermos a emergência das direitas e extremadireitas mundiais, partindo da avaliação de que as direitas têm se expandido por surfar melhor na agitação do fluxo de atualizações. As direitas têm se beneficiado da desinformação, alimentando e sendo alimentadas por um ambiente amplamente favorável à disseminação das chamadas *fakenews*.

Nos termos desenvolvidos no livro *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI* (PEREIRA; ARAUJO, 2018), atualismo é uma categoria que busca compreender alguns aspectos de como vivenciamos as urgências de nosso próprio tempo.<sup>3</sup> A categoria parte de uma descoberta empírica e temporal, pois as palavras atualização, em português, e *update*, em inglês, ganharam destaque a partir de meados dos anos 1960, significando o melhoramento de algo através de sua adequação ao presente, ou seja, através de uma versão mais nova.

A experiência atualista está incorporada na vida cotidiana, na estratégia das grandes empresas, inseridas no interior das lógicas do capitalismo de vigilância, que consiste, dentre outros aspectos, oferecer produtos e serviços em constante atualização. Em nosso tempo, não são apenas objetos

e programas que "precisam" estar atualizados, os humanos também vivem, constantemente, a pressão, o medo e o desejo por atualização. E os sujeitos se percebem e são percebidos como mais ou menos atualizados ou obsoletos, tendo em vista a forma como lidam com a pressão desse movimento de repetição com novidades.

Dessa forma, ser novo não é sinônimo de estar atualizado. Um produto pode ser novo, mas, ao mesmo tempo, desatualizado, já que a obsolescência programada é parte das estratégias do capitalismo de vigilância e sua historicidade atualista. Um fato que confirma essa constatação é a observação de que a maior parte dos humanos está disposta a pagar ou aceitar a atualização automática de produtos sem refletir muito sobre esse processo incessante. Por outro lado, quando a maior parte está ciente dos riscos, sente-se incapaz de reagir de outro modo senão confiar no automatismo do "eu aceito".

As transformações do mundo da técnica têm modificado a nossa relação com o futuro, pois, paulatinamente, ele tem deixado de ser o lugar da transformação e da esperança para se tornar uma cópia atualizada deste lugar e, por essa razão, ele é, em teoria, melhor do que o presente, mas não diferente dele. Assim, enquanto as teorias do presentismo e do presente amplo insistiam na predominância de expectativas catastróficas com relação ao futuro, a historicidade atualista tem o futuro como algo garantido como repetição em expansão linear do presente; dito de outro modo, o futuro atualista é apenas o presente 2.0.

Portanto, essa experiência do tempo produz e é produtora de uma compreensão de que a ação não é necessária ou possível. Paradoxalmente, o progresso técnico cria a expectativa de mudança/atualização constante, o que produz uma agitação temporal que dificulta o diagnóstico e a abertura para transformações estruturais.

A agitação temporal tende a dificultar a parada

<sup>3</sup> A hipótese do atualismo tem sido também movimentada pela recepção crítica, cf., por exemplo, Souza Neto (2020) e Ramalho (2020) para duas resenhas mais exaustivas sobre o *Atualismo 1.0* e o *Almanaque da Covid-19*, respectivamente. Para algumas apropriações/diálogos com o conceito/tema do atualismo/atualização cf. Laitano (2020), Clavert (2018), Ramos (2018), Turin (2018), Schwengber (2018), Moraes (2019), Rangel (2019), Marcelino (2018), Machado (2019), Nascimento (2020), Santos (2020), Giarolla (2019), Souza (2019), Pinheiro (2020), Lowande (2020), Varella e Bonaldo, (2020) e Kosteczka (2020). Além da interlocução de vários colegas, em especial, os que participaram do evento Atualismo: temporalidades (in)atuais, organizado por João Cezar de Castro Rocha, em 2019, na Casa de Leitura Dirce Côrtes Riedel/ UERJ, Rio de Janeiro.

reflexiva, induzindo obsoletos e atualizados a simplesmente se deixarem levar pelas energias liberadas, por exemplo, pelo fluxo contínuo de notícias no *smartphone*, televisão ou computadores conectados à *internet*. Os sentimentos básicos em relação à agitação temporal, que alguns líderes políticos manejam muito bem, são, em especial, a ansiedade, provocada pela liberação energética, do lado dos atualizados, e a nostalgia, ou desejo de quietude, pelo lado dos obsoletos. Claro que esses dois tipos existem em cada um de nós em graus variados, assim como podem variar em intensidade a depender da conjuntura; podem inclusive atuar em um mesmo indivíduo como polos complementares que se compensam em busca de equilíbrios dinâmicos.

Para sobreviver à ansiedade e à nostalgia do atualismo, assim como poder sair do fluxo contínuo de atualizações atualistas do passado e do futuro pelo tempo presente, é necessário criar possibilidades de desatualização e atualizações históricas, o que é mais do que desacelerar o tempo. Oscilar entre o atual e o inatual é entender que podemos ainda ter um papel sobre o futuro, que o presente pode ser futurizado e passadizado por julgamentos e decisões que podemos fazer e tomar. O futuro, em especial, não tem de ser apenas uma escolha entre um destino único e homogêneo ou a catástrofe, como fica subjacente na temporalidade atualista. Muitas vezes, encontramos a palavra sintonia, no discurso social que trata da necessidade de atualização, no sentido de que é preciso estar em sintonia com o presente. Mas, atualizar pode também ser entendido como transformar o presente em algo mais próximo de processos e formas de vida do passado ou que possamos desejar no futuro. O presente não é uma realidade imóvel fechada sobre si mesma.

Outro efeito do tempo atualista é a crença de que estar atualizado com as últimas notícias é o mesmo que estar certo. A expansão dos canais de notícias 24 horas e das novas plataformas digitais se alimentam dessa pulsão atualista pela atualização. Nesse ambiente, as *fakenews* tendem a desempenhar papéis determinantes. No lugar de checar fontes, buscar as suas origens

e consequências, toda a nossa energia é capturada pelo próprio fluxo contínuo das notícias e de seus comentadores. Não parece casual que a hibridização entre propaganda, comerciais, religião, política e entretenimento seja um fenômeno simultâneo ao tempo atualista. Assim, não por acaso, a política atualista é dominada por infomerciantes, tele-evangelistas e subcelebridades opiniático-digitais.

Portanto, a atualização em função da própria atualidade tem como uma de suas fontes principais a explosão de notícias em fluxo contínuo. Esse fato possibilita que o valor de verdade passe a ser confundido com o valor de novidade ou atualização da informação recebida, criando um campo propício para a disseminação de mentiras que funcionam como verdades, as chamadas *fakenews*. Desde 2016, quando começamos a desenhar a hipótese atualista, procuramos apontar, em nossas publicações, o caráter inédito da atual onda de desinformação, ressaltando a sua força em produzir universos paralelos simulados nos quais é possível viver com relativo grau de sucesso.

A estratégia utilizada por Trump e seus aliados de, antes mesmo do resultado das eleições de 2020, produzirem um ambiente conspiracional integrado para acomodar seus eleitores e clientes talvez seja o melhor exemplo do sucesso da fabricação de realidades simuladas com alto grau de projetividade e integração (GIULIANI, 2020).

Um caso extremo do que estamos descrevendo pode ser visto no canal do YouTube de Rudolph Giuliani, chamado *Common Sense*, uma espécie de *podcast* que é também veiculado em vídeo em plataformas como o YouTube. O canal tem quase meio milhão de inscritos, tendo sido criado em janeiro de 2020. No dia 27 de novembro de 2020, um dos seus episódios recupera evidências e argumentos falsos que provariam a existência de um amplo esquema articulado de fraude nas eleições. Além disso, o ex-prefeito de Nova Iorque, e principal advogado de Donald Trump, aparece – para o nosso assombro – como garoto propaganda, em dois intervalos comerciais, na transmissão de quase 14 minutos. Em um deles, vendendo assinaturas de um seguro

contra fraudes em titularidades imobiliárias e, no outro, fazendo propaganda de uma tabacaria de luxo. Ao final, fica evidente que a audiência, atraída pela narrativa de fraude eleitoral, é também financiadora-consumidora de serviços os mais diversos, tudo empacotado como uma mistura de entretenimento e (des)informação.

Pois foi presenciando esses e muitos outros acontecimentos semelhantes, no Brasil e no exterior; e, em especial, com o passar do tempo da pandemia, em 2020, que constatamos que em certas dimensões da temporalidade atualista muitas vezes a “verdade” é aquela que se apresenta na forma de notícia, de *news*, em especial, em fluxo contínuo. E a notícia mais recente e atual tende a ser tomada como a mais verdadeira, principalmente se ela tiver sido produzida e compartilhada pelos membros de nossa bolha ou nosso enclave. Assim, entender parte da história da pandemia e do pandemônio de 2020, no Brasil, passa, necessariamente, por entrar em alguns universos paralelos, a fim de analisar a produção e as formas de manipulação das *news*, sejam elas verdadeiras e/ou *fake*, isto é, simuladas.

## 2 Fragmentos anacrônicos de reflexão

Nesta parte deste ensaio queremos trazer novamente à reflexão (a repetição pode ser uma forma histórica de atualização) alguns temas que emergiram do confronto entre o atualismo e a pandemia. Ressaltamos, como já dissemos, que, diferente da organização do *Almanaque da COVID-19* em que a cronologia serviu para dar algum sentido que resistisse à pressão pela dispersão, aqui pretendemos condensar alguns temas sem a pretensão de representar esses fenômenos como cópias de processos reais. São, portanto, fragmentos de experiência e pensamento anacrônicos, já que não esperamos que seu sentido surja de sua própria posição em um tempo linear. De algum modo, recolocar essas reflexões em uma linha do tempo desfiguraria o fato de que, para os autores, elas já habitam um plano de simultaneidades que só muito violentamente poderia ser quebrado.

### *Derrota da agitação trumpista-atualista?*

A essa altura já podemos dizer que o “Show de Trump” foi cancelado, mas, que, por outro lado, o trumpismo está muito mais estruturado do que alguns analistas supunham. A divisão e a polarização social, cultural e política permanecem e, talvez, estejam mesmo se fortalecendo. Na eleição dos Estados Unidos a lógica das pequenas maiorias foi mais uma vez vencedora. A pandemia e a sua gestão criminosa, por parte do governo Trump, foram decisivas para a sua apertada derrota, mas o discurso de normalização e unidade, articulado por Biden, foi incapaz de se converter em uma vitória proporcional ao tamanho das ambições. No início do ano, quando estávamos ainda animados com o desempenho de Sanders nas primárias do Partido Democrataera inimaginável pensar que a verdadeira facada, isto é, a contingência dessa eleição, se chamaria SARS-CoV-2. Além dessa derrota, assistimos, ainda, às derrotas relativas de Bolsonaro (e não do bolsonarismo) e de parte da esquerda (em especial, na eleição para o executivo) nas eleições municipais. Eleições em que a desinformação voltou a desempenhar um papel destabilizador em algumas cidades, em especial, no segundo turno.

Guilherme Boulos surge como uma esperança renovadora, lançando pontes entre a velha e nova esquerda, entre atualizados e obsoletos. Porém, uma parte significativa da esquerda continua com dificuldades em criar projetos de futuro, com exceção da esquerda mais atualizada, cuja estratégia regional nem sempre é facilmente reconhecida em seu potencial de criar amplas solidariedades e novas maiorias. Mas, foi justamente essa esquerda atualizada, isto é, a que criou pontes entre atualizados e obsoletos do campo progressista, que saiu vitoriosa nas eleições de 2020, mesmo que simbolicamente, em alguns casos. É ela que aponta um caminho de futuro e renovação a ser aprendido, em especial, pelos setores obsoletos desse campo.

Corroborar esse fato a declaração de Jacques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT), que, dois dias após o término do segundo turno, afir-

mou que o seu partido deveria fazer “uma mudança de conteúdo, quer dizer, para atualizar o seu conteúdo, e uma mudança geracional, botando gente mais nova” (JB NO..., 2020). E que não teria nada contra seus colegas de idade, mas que era preciso trazer a “outra geração para ocupar espaço”. Seria esse um bom exemplo de atualização histórica ou própria? O ex-governador evita simplesmente atribuir à geração mais nova o potencial de atualização, uma vez que separa muito claramente a atualização dos conteúdos e a renovação geracional, além de reforçar o lugar de sua própria geração nesse movimento de fusão. Nessa mesma entrevista ele ressalta a importância da presença da sênior Erundina na chapa do jovem Boulos, em São Paulo.

Apesar disso, o quadro que descrevemos em *Do Fake ao Fato* (PEREIRA; ARAUJO, 2020) se mantém em nossa análise estável, em especial, na maior eficácia da articulação estratégica entre atualizados e obsoletos de direta. Lembremos que, depois da queda de Moro, Bolsonaro abraçou o centrão, e que isso se deve, em parte, à pandemia. O centrão acabou sendo o grande vitorioso das eleições municipais de 2020. Além disso, o sucesso das candidaturas militares e evangélicas é um fenômeno a ser considerado. A título de exemplo, lembremos que para cada dez profissionais de segurança que se candidataram, um foi eleito no primeiro turno (LIMA, 2020).

Muitos analistas apontaram o cansaço com a agitação e a instabilidade do novo normal de Trump como uma das causas de sua derrota. Mas essa mesma agitação mostrou-se eficiente em garantir-lhe a maior votação de um presidente em disputa por um segundo mandato na história dos EUA. A narrativa da fraude eleitoral demonstra como as estruturas da desinformação continuam eficazes e, mesmo, com um grande potencial de radicalização, como assinala a rápida emergência da NewsMax TV como desafio à suposta posição mais moderada da Fox News em defesa do “Show de Trump” (GRYNBAUM; KOBLIN, 2020).

Joe Biden promete a volta da política tradicional,

resta saber se os atualizados da esquerda e da direita permitirão, ou se a velha política será capaz de atender às enormes expectativas dos eleitores em um mundo que parece desmoronar. Dessa maneira, estaríamos, então, na encruzilhada entre duas possibilidades? De um lado, uma atualização, em estilo moderno e, de outro, uma atualização em chave atualista, que se alimenta tanto de algumas estruturas da modernidade (foco no sujeito, democratização e setorização de valores, politização, racionalidade instrumental) quanto da destruição de outras (autonomia das instituições, regulação dos limites entre política, religião, arte, ciência, informação e propaganda, direito das minorias)?

### *Sobre a política e a antipolítica atualista*

A pandemia é um chamamento para repensarmos a relação humana com os animais, com o meio ambiente, com o mundo natural, é mais do que nunca atual e urgente. Entre tantos motivos, está o fato de que as pandemias originárias de zoonoses estão diretamente ligadas à articulação entre a vida humana e as outras formas de vida, pois são, também, crises ecológicas e se relacionam, portanto, com os tempos do antropoceno, com os tempos da história, do capitalismo e com a atual crise climática (CHAKRABARTY, 2009, 2018; KRENAK, 2019; entre outros).

Em termos de vida e sabedoria prática, a experiência dessa catástrofe existencial (ORD, 2020), isto é, da pandemia da COVID-19, e as suas evidências diárias, nos levam a rever as certezas do que foi dito e feito no dia anterior. Isso significa que o que parece correto a ser feito agora pode estar desatualizado amanhã: “Tanto as concepções das pessoas quanto as avaliações de especialistas feitas hoje podem estar *desatualizadas* amanhã.” (JORDHEIM *et al.*, 2020, tradução nossa).<sup>4</sup>

É nesse contexto que, muito rapidamente, jornalistas, cientistas e intelectuais começaram a publicar textos sobre o vírus, em especial, a partir da realidade europeia. Observamos que muitos deles ainda são elaborados sob certas

<sup>4</sup> Do original: “both people’s conceptions and the assessments of experts made today can be outdated tomorrow.”

lógicas coloniais da geopolítica do consumo e da produção intelectual/científica, o que muitas vezes significa tomar *a priori* o "centro" como o lugar de elaboração de teorias e a "periferia" como o lugar de coleta de dados e aplicação de resultados (PEREIRA, 2018).

Do nosso ponto de vista, interessa pensar se a irrupção da COVID-19 suspende, transforma, problematiza, mas também pode radicalizar as diversas dimensões do atualismo. Uma das consequências da pandemia tem sido o aprofundamento da relação entre a historicidade atualista e o capitalismo contemporâneo em suas contínuas mutações.

O capitalismo em mutação absorve e reproduz esse evento catastrófico pela multiplicação e pelo aprofundamento do controle digital da sociedade e do arruinamento de certas dimensões da vida e instituições políticas em sentido moderno, como várias análises sobre o capital e o trabalho contemporâneo têm mostrado, conforme observamos nas reflexões de Shoshana Zuboff, Thomas Piketty, Paulo Arantes e Ricardo Antunes, entre outros. Por isso, a agitação atualista pode ser interpretada tanto em termos de uma antipolítica quanto de uma nova (e assustadora) forma de política emergente das sociedades capitalistas na "era digital".

Especificamente, em relação a emergência da pandemia da COVID-19, tendemos a acreditar que entre janeiro e fevereiro, ocorreu, no "Ocidente", um grande erro de interpretação acerca do vírus, ao se pensar que ele seria uma repetição ou um fenômeno parecido com o SARS-CoV-1. Mas, à medida que a COVID-19 avançava e se mostrava um perigo muito maior do que se pensava, a maioria dos países passou a seguir as instruções da Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, no Brasil, o presidente estava em conflito com os seus próprios ministros da Saúde, negando a seriedade da pandemia e estimulando atitudes irresponsáveis, que poderiam contribuir para aumentar a contaminação.

Será que a negação e os crimes deste governo civil-militar poderiam ser fruto da convicção da impunidade, simbolizada e autorizada na Lei de Anistia de 1979? Uma atualização dessa história

ocorreu em 2020, por meio da autorização, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), da comemoração do Golpe de 1964, postada no *site* do Ministério da Defesa. Da mesma forma que o bolsonarismo nega a memória da violência dos tempos da Ditadura (militar-civil?), ele também nega a ciência, quando lhe convém. No entanto, ele não admite ser anticiência, mas, ao contrário, defende uma ciência "verdadeira", aquela condizente com suas crenças. Afinal, o negacionismo bolsonarista cresceu a partir de 2014, quando uma reação aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade trouxe à tona uma comunidade de memória que negava o passado autoritário brasileiro e suas violências (PEREIRA, 2015; entre outros).

Ao que parece, com o passar do tempo e da pandemia no Brasil, a convicção de impunidade passou a operar em conjunto com o medo; medo de uma reação social negativa em relação aos pronunciamentos e atitudes do presidente, cujo emblema maior talvez seja a fala de Bolsonaro, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, sobre a possibilidade de seus ministros e ele serem presos caso um governo de esquerda assumira em 2022.

Outro exemplo que corrobora essa ideia do medo de uma reação social negativa ocorreu no dia 29 de março, quando o Twitter decidiu apagar das suas redes duas postagens do presidente, que contrariavam as orientações da OMS em relação à COVID-19. Nicolazzi (2020) sintetiza bem os nossos dramas, vividos no início e ao longo da pandemia:

em situações de crise, que muitas pessoas demonstram sua grandeza, como se percebe na atuação dos profissionais de saúde e dos cientistas e pesquisadores que correm atrás do tempo para encontrar a cura para o COVID-19, que outras tantas pessoas, por mais endinheiradas que sejam, revelam sua miséria.

### *Pandemia, aceleração e fakenews*

Ao que parece, a nossa experiência dessa catástrofe existencial não se circunscreve a uma suposta aceleração do tempo histórico, seja ela sincrônica ou não (ROSA, 2010; TURIN, 2019; CAIA-NIELLO, 2020, entre outros). Desse modo, como argumenta Ramalho (2020a), momentos de crise

são, também, momentos de mudança acelerada. Crises podem se relacionar com a aceleração, mas não se limitam ou se reduzem a ela. Assim, o tema acaba por limitar muito a análise da experiência de crise. Além disso, diversos estratos da aceleração do tempo moderno é, também e em grande medida, assíncronica. Assim, creditar boa parte das atuais transformações a uma suposta mudança no regime de aceleração da modernidade pode nos fazer incorrer em vários erros, em especial, o de "inflacionar" demais a temática e a percepção do fenômeno, isto é, de reduzir a crise a apenas uma de suas camadas e dimensões.

Confirma o nosso argumento o fato de que para certas pessoas, as redes sociais acabam impondo algum tipo de ritmo de trabalho atualista. Assim, a pessoa acorda achando que vai fazer algo que tinha planejado, mas o fluxo das redes a leva em outras direções, causando dispersão, mais do que agitação. Desse modo, não se pode decidir, pode-se apenas surfar ou não, na onda que te leva, assim como na atual onda epidêmica, para outra direção ou mesmo para lugar nenhum. Não apenas a epidemia do vírus nos atinge, mas também a *infodemia*, que já existia antes e parece ter sido intensificada pelo surgimento do novo coronavírus.

Também se pode perceber uma tendência a acreditar que a informação mais atual, as *news*, são sempre mais verdadeiras, o que muitas vezes faz com que uma notícia não tenha sua veracidade verificada antes do seu compartilhamento em massa. O que se vive é a agitação, ou mesmo o adoecimento. Talvez por isso a ideia de aceleração, sincronizada ou não, parece ser insuficiente para pensar nesse acontecimento. Ou seja, estamos dentro mesmo de uma temporalidade viral/epidemiológica e, por consequência, das doenças epidêmicas e seus múltiplos tempos de contágios, mortalidades e emergências, que ganha especificidade tendo em vista, por exemplo, as diversas formas de mobilidade contemporâneas, as mudanças do capitalismo atual e a revolução tecnológica/digital.

Além do grande número de mortes e de infectados, a experiência dessa catástrofe existencial atinge um número maior de pessoas também pela agitação e transformação que a experiência

de isolamento implica, já que ela cria mudanças na vida ordinária (a tão falada "normalidade"), em nossos hábitos, cotidianos e experiências. A esse respeito, destacamos que, entre meados de março e abril de 2020, mais de 1/3 da humanidade foi submetida a algum tipo de isolamento.

Se por um lado, certos aspectos da historicidade atualista parecem lembrar uma radicalização de tendências modernas, enquadrando-se na perspectiva de uma hiperaceleração; por outro, o questionamento, a desregulação e a perda de autonomia de subsistemas, como a religião, a política, e a mídia, revelam um lado do atualismo que parece dissolver estruturas fundamentais da modernidade, deixando em seu lugar um vazio continuamente ativado pela agitação, mais do que simplesmente diferentes acelerações.

### *A dimensão atualista do vírus*

No dia 9 de fevereiro, um dia depois da entrega do segundo hospital para atender pacientes infectados pelo vírus, e construído em tempo recorde pelo governo chinês, a possibilidade da COVID-19 ser menos letal, mesmo apresentando uma taxa de mortalidade estatisticamente menor que o coronavírus anterior, começava a desmoronar. O número de mortos na China chegava a 811, superando o total global da epidemia de SARS de 2002-2003. A experiência passada não parecia ser suficiente para lidar com a contingência e a novidade do acontecimento.

A relativização da nova atualização continuou ao longo de fevereiro. No dia 21 desse mesmo mês, por exemplo, a Itália anunciou o início da quarentena de 50 mil pessoas. Para muitos italianos era um alarmismo e um exagero desnecessário. No Brasil, várias pessoas aproveitaram para dizer que tínhamos que dar mais atenção, por exemplo, para o retorno de casos de sarampo, que é muito mais contagioso do que a COVID-19 (ROSSI; BUONO, 2020). Muito se disse, também, sobre a dengue, que matava mais pessoas e era mais preocupante. Em 20 de fevereiro, 87% dos novos casos infectados estavam na China. Em quinze dias a situação mudou drasticamente, o que levou a OMS a declarar a pandemia, no dia 11 de março.



No dia 26 de fevereiro, perguntávamos: "seria o Corona um vírus atualista?" Nossa indagação nasceu da reportagem com o epidemiologista Wanderson Oliveira, responsável pelo combate ao coronavírus no Brasil pelo Ministério da Saúde. Oliveira afirmava que estávamos vivendo uma "infodemia", ou seja, uma epidemia de informações, muitas delas falsas (OLIVEIRA, [2020]). O epidemiologista brasileiro afirmava para os representantes estaduais, com ele reunidos, que as informações eram percebíveis, porque "não dá tempo para o sistema se adaptar às novas evidências, pois logo em seguida surgem outras". Parece que do ponto de vista das notícias e da própria dinâmica da pandemia, as lógicas atualistas parecem se aprofundar. O próprio Oliveira afirmou que os dados escorrem pelas mãos, pois estamos vivendo uma epidemia em tempo real (OLIVEIRA, 2020).

### *Tempo, epidemiologia e negação*

Por que boa parte das autoridades sanitárias mundiais esperavam, a princípio, a repetição da SARS-COVID? Acreditamos que, em grande parte, pelo fato de as análises epidemiológicas serem prisioneiras de uma concepção restrita, talvez até historicista, do tempo histórico. Gil Sevalho (1997), epidemiologista brasileiro, vem, desde o fim do século passado, criticando os limites dessa concepção. Para ele, essa percepção epidemiológica opera um corte no tempo a partir da análise estatística, amputando a historicidade e a multiplicidade temporal dos aspectos sociais e históricos envolvidos na complexidade do adoecer humano coletivo. Considerar essas dimensões abriria o pensamento epidemiológico para uma melhor ou mesmo para outra compreensão das infecções emergentes e da relação homem-natureza, o que significa levar em conta processos de determinação não linear, e sistemas dinâmicos que se alteram a cada momento, por exemplo.

No entanto, esses desafios não destituem a razão epidemiológica hegemônica, a ponto de desqualificar a sua eficácia. A própria crise que vivemos é testemunha, tanto do seu valor, quanto dos seus limites. No caso brasileiro, por exemplo, pelo menos até meados de março, a experiência

com outras epidemias indicava que estávamos mais preparados para a COVID-19 do que, por exemplo, para a H1N1 (FIOCRUZ..., 2020). Naquele momento, um dos virologistas responsáveis pelo descobrimento do Zica Vírus, relativizava o impacto da pandemia no Brasil e destacava que o SARS-COVID 2 não iria conseguir sobreviver no calor (FARMACÊUTICO..., 2020). Essa também foi uma afirmação precipitada.

O acúmulo da experiência também veio (e, de certa forma, ainda está em curso) com o tempo e com o ritmo de difusão do tsunami epidemiológico. Essa é uma afirmação que serve a nós brasileiros, mas também a muitos outros povos para os quais a novidade também "veio a dar a praia". Sensação muito bem sintetizada na manchete de um jornal português, exposta no fim de março: "COVID-19 em Portugal. A caminho do desconhecido e a tentar atrasar o passo" (NUNES, 2020). Uma manchete, uma síntese, uma constatação: a de que vivemos um momento em que atrasar o passo pode ser mais prudente do que a chegada rápida a um incerto futuro.

Como experiências arrasadoras temos os casos relativos ao momento vivido pela Itália e pela Espanha, cujo presente pode representar um futuro que ninguém gostaria de ter, mas que além de imaginável, é possível e pode se reproduzir, como a experiência americana aponta. Mas essa reprodução não é automática, pois depende, antes de tudo, de decisões políticas e oportunas.

O bolsonarismo parece ser capaz de atualizar o seu discurso para qualquer um dos cenários finais possíveis em relação à pandemia: caso o isolamento social dê certo, ele vai dizer que a COVID-19 era realmente só uma "gripezinha"; caso a pandemia tenha efeitos devastadores para o Brasil, ele poderá culpar os chineses pelo vírus, dizer que a quarentena não funcionou e culpar os defensores do isolamento social, como prefeitos e governadores, pela queda da economia. Ou, ainda, pode se beneficiar do impacto do coronavoucher. Bolsonaro também se atualiza à medida em que reforça as ideias que o elegeram e se esforça para aparecer nas manifestações a seu favor, mantendo-se em constante clima

de campanha, mesmo já ocupando o cargo de presidente há mais de um ano. (Em novembro, Bolsonaro negou ter chamado a COVID-19 de gripezinha, mesmo tendo feito duas vezes publicamente em março).

Assim, ao longo de março e abril, vários países, inclusive o Brasil (SCHUQUEL, 2020), em parte, inspirados nos modelos chinês e sul coreano, montavam e ampliavam as suas estratégias de combate à pandemia a partir de práticas de vigilância das pessoas, por exemplo, em relação à mobilidade, ao controle da temperatura corporal, dos movimentos, dos batimentos cardíacos, e também das ligações telefônicas e dos acessos virtuais, entre outras ações (ROSSI, 2020). Mas não se trata aqui de pensar a eficiência no controle da pandemia a partir da dicotomia entre ditaduras e democracias (FUKUYAMA, 2020; entre outros).

Ao fim de março, o Imperial College London estimava que as medidas de contenção adotadas em onze países europeus conseguiram evitar 59 mil mortes (FLAXMAN *et al.*, 2020). Àquela altura já era possível vislumbrar as dimensões locais dessa tragédia global, inclusive, porque o próprio vírus já esbarrava nos poderosos.

### *Guerras de atualizações culturais e a crise das estátuas*

Assim como Trump e Johnson, algumas pessoas temem que a derrubada de estátuas possa significar um apagamento da história. Mas a verdade é que muitas estátuas já estavam "apagadas" no cotidiano e só voltaram a fazer parte da memória coletiva no momento de sua derrubada. Além disso, esses atos são fotografados, filmados e amplamente compartilhados na *internet*; assim, pode-se dizer que, embora a estátua não esteja mais presente na cidade, ela pode se manter presente na memória através dessas mídias, assim como o debate e o momento de sua derrubada podem ser aproveitados como oportunidades para a educação histórica e a reflexão sobre os valores sociais. A acusação de apagamento, feita por aqueles que consideram a remoção de estátuas um ato de vandalismo, desconsidera que a história, vivida e pensada,

é feita de revisões (ABREU, 2020; entre outros).

Discernir o revisionismo do negacionismo nos parece importante: partimos do princípio de que o negacionismo dissimula um projeto legítimo de revisão e, nesse sentido, ele tem um parentesco evidente com o tipo de mentira que associamos à desinformação, em especial, ao neologismo *fakenews*, que podemos traduzir como notícias simuladas, mais do que simplesmente falsas. Por vezes, são verdades que funcionam. O revisionismo que distorce e dissimula é uma estratégia negacionista, pois ele opera não apenas fatos falsos, mas também interpretações, argumentos e valores distorcidos para defender um determinado posicionamento político (PEREIRA, 2015; entre outros).

No entanto, não podemos considerar que todo revisionismo seja uma estratégia negacionista ou mesmo que a única estratégia do negacionismo seja se fantasiar de revisionismo. As reinterpretações da história fazem parte do seu processo de produção, sendo necessárias e, muitas vezes, bem-vindas. A historiografia, aqui entendida como a escrita da história profissional, geralmente se movimenta a partir de revisões do conhecimento herdado, seja motivado por movimentos internos à disciplina ou por transformações do próprio processo histórico.

No Brasil, a atual onda negacionista, que trouxe à tona o saudosismo em relação à ditadura e a perda da autoridade de historiadores, professores e cientistas em geral, colaborou para a eleição de Bolsonaro, em 2018. Em geral, os políticos negacionistas têm como estratégia a luta contra falsos inimigos, a disseminação de teorias da conspiração e fantasias regressivas, nas quais o país precisa voltar a ser como um "antes" fictício em nome da possibilidade de um projeto de futuro antidemocrático.

Como essas fantasias não resolvem os problemas reais, é preciso que esses políticos continuem fantasiando incessantemente. Muito diferente desse negacionismo histórico, científico e ético é a revisão, isto é, o revisionismo histórico honesto, que busca trazer à tona a complexidade do passado, mostrando que nenhum período histórico é homogêneo ou livre de críticas. A história sempre se reformula, assim como outras ciências

que se desenvolvem a partir da discussão e da descoberta de novas fontes, problemas e teorias.

### "Maiorias" ameaçadas e identidades predatórias

Em agosto a revista *Piauí* revelou que no dia 22 de maio Bolsonaro pensou seriamente em enviar tropas para fechar o Supremo Tribunal Federal. eu golpismo e autoritarismo, tão bem analisados por Bauer (2020) e Pinha (2020), são uma estrutura do movimento que corporifica. Ainda assim, como mostra, entre outros, Aarão Reis (2020), não podemos explicar o bolsonarismo apenas em função das tradições autoritárias brasileiras, mesmo que essa seja um elemento importante.

Do nosso ponto de vista, o bolsonarismo e o trumpismo podem ser entendidos como atualizações da longa história do reacionarismo-autoritário. Mas, no atual contexto, representam movimentos de dissimulação das maiorias predatórias em supostas minorias, mediados pela desinformação, guerras culturais e redes sociais empresarialmente controladas.

Bolsonaro e Trump fazem, a todo o tempo, esse jogo de representarem uma "maioria" ameaçada e supostamente oprimida. Esse tipo de estratégia tem se mostrado eficiente e será um fenômeno duradouro. Nos termos do antropólogo indiano Arjun Appadurai (2009), trata-se de uma angústia da incompletude que parece estar no DNA dos estados nacionais. Fato que implica a construção de identidades predatórias, isto é, identidades majoritárias que se representam como ameaçadas em suas fantasias narcísicas de viverem em uma sociedade sem diferenças, onde todos seriam o retrato delas mesmas. Nas eleições municipais de 2020 percebemos que o núcleo dos discursos da maioria dos candidatos evangélicos e militares tem como base esses códigos. Assim, Bolsonaro não precisa interferir diretamente nas eleições, pois a agenda, a linguagem e a energia de seu movimento já estão colocadas nos pleitos, atravessando um amplo espectro partidário.

Enquanto o campo progressista não for capaz de entender as mudanças em curso, por exemplo, nos mundos da religião, do capital, da (des)

industrialização e do trabalho, o bolsonarismo, entendido como uma atualização histórica local, circunstancial e singular da tradição conservadora/reacionária-autoritária, continuará a construir uma forte base social e não apenas nas periferias das grandes cidades, como parece ter sido o caso da eleição de 2018 (BENITES, 2020).

Sem abandonar suas especificidades e pautas, um dos desafios do campo progressista é construir discursos e políticas públicas concretas também para as "maiorias ansiosas", as quais podem se tornar, como dissemos, predatórias, mas que também podem assumir formas solidárias. Do contrário, o medo continuará a ser o afeto dominante de nossa vida política e social. O bolsonarismo sempre esteve entre nós e continuará presente por muito tempo, nos resta trabalhar para desativá-lo, atualizando outras histórias.

Derrotar Trump não é o mesmo que derrotar o neoliberalismo, o capitalismo de vigilância e suas relações parasitárias com a historicidade atualista. Mais um homem negro é assassinado no Brasil: João Alberto Freitas é espancado até a morte por seguranças do supermercado Carrefour. O mundo supera 60 milhões de infectados pelo novo coronavírus. Já são quase 1 milhão e meio de mortos. O Brasil responde por mais de 10% dos casos e são mais de 170 mil vidas perdidas. A Europa e os EUA enfrentam a "segunda onda" do vírus. Como sugere o nosso colega Walderez Ramalho, após a leitura de uma das versões desse texto, a própria ideia de ondas da pandemia tem relação com as temporalidades da atualização. A sensação de asfixia permanece e 2020 parece mais um ano que se recusa a terminar.

### 3 Considerações finais: brechas contratualistas

Em seu ensaio de 1972 intitulado "Mentira na Política", Hannah Arendt analisa os chamados *Pentagon Papers*, uma coleção de relatórios produzidos por agências dos Estados Unidos detalhando os bastidores das decisões políticas para o Vietnã. Os relatórios secretos foram vazados em reportagem do *The New York Times* em 1971, provocando ampla e negativa repercussão. Para Arendt, os relatórios

demonstravam como a manipulação organizada e sistemática da mentira poderia corromper a democracia, assentada em práticas de "desfactualização" da realidade, na substituição do juízo pelo cálculo de probabilidades e na busca de manipulação psicológica no lugar de resultados concretos nas políticas públicas.

Arendt denunciava que um dos objetivos da administração Nixon era desacreditar a imprensa antes das eleições de 1972. Na descrição da filósofa, o escândalo do uso da mentira como política pública sistemática só foi possível pelo autoengano produzido pelo efeito bolha na conjugação entre agências públicas e *thinktanks* que se reforçavam mutuamente e que tentaram convencer a sociedade da validade de suas próprias fantasias. Essas fantasias encontraram em uma opinião pública bem-informada por uma imprensa com credibilidade o seu limite operativo. Por fim, e ainda de interesse para nossa investigação, Arendt escreve que ao ler os relatórios tinha a impressão de que computadores e não "tomadores de decisão" haviam sido soltos no sudeste asiático (ARENDR, 1972, p. 168), esse caráter automatizado representava a crença em uma concepção de história em que a contingência poderia ser plenamente eliminada.

Talvez o que temos chamado atualismo tenha um parentesco óbvio com esse *ethos* emergente identificado por Arendt, e sua disseminação epidêmica possibilitado pelo enfraquecimento justamente de instituições como a imprensa e os especialistas. Talvez, em 2020, as ambiguidades e contradições desse processo tenham ganhado uma visibilidade inédita. Fato que contribuiu, também, para a possibilidade da emergência de brechas contratualistas que estavam dispersas ou latentes.

Assim, tendo em vista as reflexões desses fragmentos anacrônicos e, a partir de nossas investigações, ao longo de 2020, chegamos à conclusão que o que chamamos de atualismo foi reforçado, não sem ambivalências, por certos aspectos da vivência da pandemia no Brasil, a

saber: a) isolamento/solidão, impulsionados pela quarentena e o trabalho em casa; b) dependência maior do digital e das estruturas do capitalismo de vigilância; c) ansiedade pelas atualizações, alimentada pela infodemia e crise política; d) disseminação das guerras culturais e de suas lógicas baseada em (des) e (mis)informação<sup>5</sup>; e) normalização da distração, agitação, confusão e do ruído como estratégias do debate (anti)político. Isso não significa dizer que, em paralelo, os indivíduos e as instituições não estejam reagindo a esse aprofundamento, como fica visível na aliança com a velha política a que o bolsonarismo acabou abraçando após ser ameaçado em diversas frentes, bem como nos freios parciais ao projeto destrutivo e autoritário do bolsonarismo por parte do legislativo, judiciário e da imprensa em suas formas tradicionais e digital.

Se tivermos razão, ainda nos resta o desafio de lidar com mais uma pergunta: como refletir sobre as brechas contratualistas na conjuntura? Acreditamos que nós, historiadores(as), precisamos estar atentos para outras historicidades emergentes, não convencionais e indisciplinadas (PEREIRA, 2019; AVELAR; BENTIVOGLIO, 2019; RODRIGUES, 2019; NICOLAZZI *et al.*, 2019; OLIVEIRA, 2018; GUIMARÃES, 2020; SANTOS *et al.*, 2017; entre outros.). Há, portanto, brechas contratualistas na conjuntura descrita de forma fragmentada acima, a saber: a) demanda por ação na crise e seu potencial kairológico (RAMALHO, 2020c); b) a evidenciação dos ambientes e estruturas do capitalismo de vigilância com sua entrada da agenda política via, por exemplo, projetos de regulamentação; c) a inserção, mesmo que a contragosto, de setores "obsoletos de esquerda" no universo digital, ainda que seja cedo para pensar o seu legado, pois há ambivalências nessa imersão; d) emergência de novas formas de organização política (coletivos) que podem apresentar um potencial contratualista e nos levar para além do historicismo.

<sup>5</sup> Na língua inglesa a palavra *disinformation* é reservada para as práticas deliberadas e planejadas de se produzir e promover informações falsas, desse modo, considera-se como um tipo particular de *misinformation*, já que este último conceito abrangeria as formas deliberadas e não deliberadas através das quais as informações falsas são disseminadas. Na Wikipédia em português, os redatores introduziram a expressão "informação falsa" para traduzir o conceito de *misinformation*. Assim, haveria *desinformation* quando a informação falsa é produzida e/ou disseminada de modo deliberado.

Assim, uma das nossas tarefas principais é reativar histórias no tecido homogêneo da historicidade atualista. Não apenas produzir mais histórias, pois de algum modo há mesmo um excesso de histórias e pseudo-histórias atualistas, o atualismo não é carente de história, já que se trata ainda de um fenômeno humano. O que precisamos é de abrir espaço e reativar outras camadas e formas de historicidade não atualistas que possam nos ajudar a viver melhor (OLIVEIRA; PINHA, 2020, por exemplo).

Por mais incoerente que possa parecer, o universo paralelo do trumpismo, por exemplo, consegue dar sentido a essa agitação em um ambiente em que os demais sistemas parecem existir apenas para traduzi-lo. Talvez aqui novamente a palavra simulação seja a chave, pois mesmo a citada NewsMax não pode deixar de parecer com uma rede de notícias real, embora nada tenha daquilo que na modernidade garantiu ao jornalismo o seu lugar dentre as instituições da democracia. No limite, essa noção de simulação nos ajuda a entender como a história produzida pela nova direita, mesmo quando não usa do negacionismo, apenas simula os procedimentos de uma historiografia acadêmica. Sem essa simulação ela perderia eficácia, o que não significa que podemos confundir essa produção com aquilo que produz a disciplina histórica, da forma como se constituiu, enquanto uma das estruturas dos estados nacionais modernos (CEZAR, 2018; DUTRA, 2013; entre outros).

Um caminho contratualista passa pela reivindicação do presente como parte incontornável do trabalho do historiador (resgatando, por exemplo, o legado dos *Annales* de uma história a partir do presente), mas com uma ênfase renovada na compreensão do passado e do futuro como tempos presentes, ativos, que não estão ao dispor do presente apenas, mas que formam uma parte de nosso ambiente existencial. Assim, não é apenas tratar o presente como um espaço de uma historiografia especializada – embora isso seja também relevante – mas como dimensão transversal em qualquer esforço de historicização. Resistir de modo firme à tendência, que já estava presente em certas derivações do historicismo, de

que história é a ciência do passado, ideia que se ancora na experiência cotidiana que naturaliza a identificação da história com um passado morto.

Talvez devêssemos retomar a ideia de processo, desde que não seja aplicado a uma compreensão totalizante e global da realidade. A história humana é, também, formada por processos regionais, setoriais, que podem oferecer uma compreensão importante de duração não atualista, de evidenciar os efeitos de passado e futuro no presente, sem reintroduzir a imagem do bonde da história e seu atônito anjo vingador como passageiro involuntário.

## Referências

AARÃO REIS, Daniel. Notas para a compreensão do bolsionarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

ABREU, Marcelo. Estátuas em transe: iconoclasmo e assimetrias na produção da história. *In*: **Exporvisões**, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://exporvisoes.com/2020/06/29/estatuas-em-transe-iconoclasmo-e-assimetrias-na-producao-da-historia>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FIOCRUZ: Brasil está mais preparado contra COVID-19 que contra H1N1. **Uol Viva Bem**, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/03/01/fiocruz-brasil-esta-mais-preparado-contra-covid-19-que-contra-h1n1.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. *In*: **Conversas sobre o Brasil**: ensaios de crítica histórica. Salvador: Provisória, 2017, p. 27-50.

ARENDT, Hannah. **Crisis of the Republic**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1972.

AVELAR, Alexandre; BENTIVOGLIO, Julio Cesar. **O futuro da história**. Vitória: Milfontes, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. *In*: KLEN, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei Lopes de. (org.). **Do fake ao fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: MilFontes, 2020. p. 183-204.

BENITES, Afonso. Jairo Nicolau: "Bolsonaro é uma liderança inequívoca. É um Lula da direita". **El país**, São Paulo, 27 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-27/jairo-nicolau-bolsonaro-e-uma-lideranca-inequivoca-e-um-lula-da-direita.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAIANIELLO, Silvia. Accelerazione. Riflessioni sul le temporalità della pandemia. **Laboratori dell'ISPF**. 2020. v. 17.

CEZAR, Temistocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, p. 78-95, 2018.

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene time. **History and Theory**, v. 23, n. 1, 2018, p. 5-32.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: Four theses. **Critical inquiry**, Chicago, v. 35, n. 2, 2009.

CLAVERT, Frédéric. Face au passé: la Grande Guerre sur Twitter. **Le Temps des médias**, Paris n. 31, p. 173-186, 2018/2.

FARMACÊUTICO alerta 'Estamos focando no coronavírus e esquecendo da dengue'. **Pfarma**, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://pfarma.com.br/noticia-setor-farmaceutico/saude/5220-alerta-coronavirus-dengue.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DUTRA, Eliana. História e Historiadores na Coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana (org.). **O Brasil em Dois Tempos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 47-76.

FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 1, p. 11-29, 2015.

FARMACÊUTICO alerta 'Estamos focando no coronavírus e esquecendo da dengue'. **Correio 24 Horas**. [S. l.], 15 mar. 2020. Saúde. Disponível em: <https://pfarma.com.br/noticia-setor-farmaceutico/saude/5220-alerta-coronavirus-dengue.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FIOCRUZ: Brasil está mais preparado contra Covid-19 que contra H1N1. **Uol**. [S. l.], 1 mar. 2020. Viva Bem. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/03/01/fiocruz-brasil-esta-mais-preparado-contracovid-19-que-contrah1n1.htm>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FLAXMAN, Seth *et al.* Report 13 – Estimating the number of infections and the impact of non-pharmaceutical interventions on COVID-19 in 11 European countries. **Imperial College London**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/COVID-19/report-13-europe-npi-impact>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FUKUYAMA, Francis. The Thing That Determines a Country's Resistance to the Coronavirus. **The Atlantic**, 30 mar. 2020.

GIAROLA, Flávio Raimundo. Experiências do tempo futuro através da ficção científica. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 9-28, 2019.

GIULIANI, Rudolph. WINNING Legal Theory Ep.90. **Youtube**, 27, nov., 2020. Disponível em: <https://youtu.be/flnuwTJAiWE>. Acesso em: 1 dez. 2020.

GRYNBAUM, Michael; KOBLIN, John. NewsMax, Once a Right-Wing Also-Ran, Is Rising, and Trump Approves. **The New York Times**, New York, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/11/22/business/media/newsmax-trump-fox-news.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GUIMARÃES, Gêssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 12, p. 1-27, 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**. São Paulo: Record, 1990.

HARTOG, François. Troubled dans le présentisme. **AOC**, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://aoc.media/analyse/2020/03/31/trouble-dans-le-presentisme-le-temps-du-covid-19/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

JB NO Ar com Mário Kertész - Sen. Jaques Wagner e Carlos Zacarias - 30/11/2020. [S. l.]: Portal Metro1 - Rádio Metrópole, 2020. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FNbxYNreEKY>. Acesso em: 7 dez. 2020.

JORDHEIM, Helge *et al.* Epidemic Times. **Somatosphere**, 2 abr. 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/epidemic-times.html/>. Acesso: 24/02/2021.

KOSTECZKA, Luiz Alexandre. Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes. **História da Historiografia**, v. 13, n. 34, p. 231-269, dez. 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LAITANO, Bruno Grigoletti. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, 2020.

LIMA, Renato Sérgio de. Policiais e militares elegeram 50 prefeitos e 809 vereadores. **Piauí**, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policiais-e-militares-elegeram-50-prefeitos-e-807-vereadores>. Acesso em: 7 dez. 2020.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Do americanismo ao interamericanismo**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, UNICAMP: Campinas, 2020.

MACHADO, Heliana de Jesus. **Performances do tempo**. Rio de Janeiro, 2019.

MARCELINO, Douglas Attila. Estudos sobre poder, imaginação e historicidade dos anos 1970 e 1980: apontamentos para o debate atual. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 6-42, 2018.

MORAES, Everton de Oliveira. Plano Pirata do poema possesso: tempo e humor na poesia brasileira dos anos 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, p. 265-286, 2019.

NASCIMENTO, Lúcio. Isolamento social sim, intelectual não. In: BORGES, Andrea; MARQUES, Leila (org.). **Coronavírus e as cidades no Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020. p. 87-94.

NICOLAZZI, Fernando. O vírus, a vida e a miséria dos ricos. **Sul 21**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/o-virus-a-vida-e-a-miseria-dos-ricos-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

NICOLAZZI, Fernando; ÁVILA, Arthur; TURIN, Rodrigo (org.). **A história (in)disciplinada**. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória, ES: Milfontes, 2019.

NORA, Pierre. Événement monstre. **Communications**, L'événement, Paris, p. 104-127, 1972.

NUNES, Rita Rato. COVID-19 em Portugal. A caminho do desconhecido e a tentar atrasar o passo. **Diário de Notícias**, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/28-mar-2020/COVID-19-em-portugal-a-caminho-do-desconhecido-e-a-tentar-atrasar-o-passo--11997905.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, p. 104, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez; PINHA, Daniel (org.). **Tempos de Crise**: ensaios de história política. 1. ed. Rio de Janeiro: Autograda, 2020.

OLIVEIRA, Wanderson. Epidemia ou 'infodemia'? A guerra de versões sobre o coronavírus na Europa. [Entrevista concedida a] **BBC News**, São Paulo, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51666948>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ORD, Toby. **The Precipice**. Londres: Hachette Book Group, 2020.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Na Transversal do Tempo**. Salvador: EDUFBA, 2019.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, p. 88-114, 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, p. 863-902, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2019.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de.; MARQUES, Mayara. **Almanaque da COVID-19**. Vitória: Milfontes, 2020. v. 1. 306 p.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei. Vozes sobre Bolsonaro. In: KLEIN, Bruna *et al.* (org.). **Do fake ao fato**: Desatualizando Bolsonaro. Vitória: Milfontes, 2020. p. 115-140.

PINHA, Daniel. A longa noite de 64. In: Klen, Bruna; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Do fake ao fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Mil Fontes, 2020. p. 195-231.

PINHEIRO, Caio Lucas Morais. **As ondas que (se) movem (n) o mar das torcidas**. 2020. (Tese de doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RAMALHO, Walderez. A urgência do tempo histórico. In: RANGEL, Marcelo; LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. **História & Filosofia**: problemas ético-políticos. Vitória: Editora Milfontes, 2020a.

RAMALHO, Walderez. Um almanaque para o nosso tempo. **HH Magazine**, Ouro Preto, 2020b. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/um-almanaque-para-o-nosso-tempo/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

RAMALHO, Walderez. Historical time between Chronos and Kairos. **Rethinking History**, v. 24, p. 1-16, 2020c.

RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história**: climas e espectralidade. 2018. (Tese de doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, PPGHIS, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

RANGEL, Marcelode Mello. A urgência do ético. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 13, n. 25, 2019.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Teoria da história e história da historiografia: aberturas para "histórias não-convencionais". **História da Historiografia**, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019.

ROSA, Hartmut. **Accélération**. Paris: La Découverte, 2010.

ROSSI, Amanda. RUMO À QUARENTENA GLOBAL: A DISTOPIA DO CORONAVÍRUS. **Piauí**, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/rumo-quarentena-global-distopia-do-coronavirus/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

ROSSI, Amanda; BUONO, Renata. Mais contagioso que o coronavírus. **Piauí**, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mais-contagioso-que-o-coronavirus>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SANTOS, Evandro; BIAZO, Glauber Cicero Ferreira. Teoria da história e história da historiografia. **Canoa do tempo**, Manaus, n. 10, v. 1, p. 1-10, 2018.

SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional. **Estudos Históricos**, v. 30, p. 161-186, 2017.

SEVALHO, Gil. Tempos históricos, tempos físicos, tempos epidemiológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 7-20, 1997.

SCHUQUEL, Thayná. Para controlar aglomerações, governo vai monitorar celulares. **Metropoles**, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/para-controlar-aglomeracoes-governo-vai-monitorar-celulares>. Acesso em: 7 nov. 2020.

SCHWENGBER, Jacson. A história em permanente estado de crise? **Canoa Do Tempo**, v. 10, n. 1, p. 67-88, 2018.

SOUZA NETO, Manoel Gustavo. Atualismo e História: proposta de uma nova categoria para pensar a História. **Revista de Teoria da História**, Goiânia v. 23, p. 340-348, 2020.

SOUZA, Fábio Feltrin de. Heterotopia, outros tempos? In: **Foucault e as práticas de liberdade II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 32-47.

ESCORRE pelas mãos. **Tribuna Online**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/escorre-pelas-maos>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 186-205, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**. Dansk: Zazie Edições, 2019.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bra-  
gio. Negociando autoridades, construindo saberes: a  
historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da  
História na Wikipédia. **Revista Brasileira de História**,  
São Paulo, v. 40, n. 85, p. 147-170, dez. 2020.

WHITE, Hayden. The ModernistEvent. *In*: **Figural Re-  
alism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press,  
1999. p. 141-176.

---

### Mateus Henrique de Faria Pereira

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas  
Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; professor  
da Universidade Federal de Ouro Preto, (UFOP), em  
Ouro Preto, MG, Brasil.

---

### Valdei Lopes de Araujo

Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professor da Universidade Fe-  
deral de Ouro Preto (UFOP), em Ouro Preto, MG, Brasil.

---

### Endereço para correspondência

Mateus Henrique de Faria Pereira/ Valdei Lopes de  
Araujo

Universidade Federal de Ouro Preto

R. do Seminário, s/n

Centro, 35420-000

Mariana, MG, Brasil